

NOSSO III IMPÉRIO (SEM MONARCA)

Embora preocupado em fixar-se nas personalidades singulares de Deodoro e Floriano — especialmente este —, o autor do trabalho lança um olhar panorâmico sobre os fatos que determinaram a queda da monarquia e a imprevista instalação da República. Muito contribuíram o estado de espírito dos militares, vindos da sofrida campanha do Paraguai, o trono estremecido com a Abolição, o avanço das idéias positivistas e até a presença do Conde d'Eu, considerada inconveniente à sociedade da época.

Mário Donato

Os começos da I República, com Deodoro e Floriano, até que se elegeisse o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, podem, a rigor, ser considerados nosso III Império, embora sem monarca. A verdade é que, não obstante com Senado e Câmara, as novéis instituições eram custodiadas pelos dois marechais, que se alternaram no poder, e atrás deles permaneciam vigilantes o Exército e a Marinha. As susceptibilidades estavam ainda à flor da pele e qual-

quer fato, por superficial que fosse, poderia precipitar um confronto. Ao império do cetro sucedera o da espada. Duraria cinco anos.

**Reflexos da Guerra
do Paraguai
na queda do Império.
O espírito militar
atuante**

A queda do trono estava prevista de há muito. A monarquia fora condenada, e não apenas por causa do avanço das idéias liberais. Depois de 1870, fim da Guerra do Paraguai, com a pregação da Abolição e da República houve como que um acordo tácito entre civis e militares de que, morrendo o Imperador, se dava por encerrado o Império Brasileiro. Era impensável que a Princesa Isabel ascendesse ao trono, não tanto por ela, mas por causa do

Conde d'Eu, que ninguém, principalmente os militares, tolerava. Por mais que se esforçasse, era, para todos os efeitos, "o francês".

A 10 de julho de 1887, referindo-se às famosas Questões Militares, escrevia o Marechal Floriano Peixoto a João Neiva: "Vi a solução da classe: excedeu sem dúvida a expectativa de todos. Fato único que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e portanto a necessidade da ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social, que, como o nosso, está corrompido."

Tais palavras refletem com bastante propriedade o estado de espírito da classe militar entre o fim da Guerra do Paraguai e a queda do II Império. Oliveira Viana, que viveu tão próximo daqueles acontecimentos, diz, com muito acerto, que os militares vindos das duras provações da campanha "sentiam-se como que purificados pela grandeza e pela heroicidade da obra realizada — e tudo isto lhes dava uma arrogante convicção de serem superiores a nós outros, amolentados sibaritas de casaca, pela moralidade, pela austeridade, pela abnegação, como pela simplicidade e pobreza de seu viver". Não poucos, por isso, meteram-se na política (em 1898, dos 211 representantes da Assembléia, 55 eram militares).

O fato de vestirem fardas e portarem espadas e carabinas não os impedia, a seu ver, de serem cidadãos como quaisquer outros, vestidos de casaca ou de blusa. Podiam ficar a favor ou contra o governo. De alguma forma, é preciso que se diga, os paisanos fortaleciam neles tal convicção, pois lhes parecia que aquelas espadas eram o bisturi mais adequado para rasgar os tumores do corpo social. E não poucas vezes, na história da República, os civis tiraram a sardinha do fogo com as espadas dos generais. Na Proclamação da República foi assim, pois os velhos comandantes que instalaram o novo regime não eram republicanos.

**A monarquia
estava com seus dias
contados. Não deveria
existir além
do Imperador**

Na sua correspondência para o **Diário Popular** de São Paulo, um dos republicanos históricos, Aristides Lobo, disse uma frase que

nenhum historiador deixa de citar: "O povo assistiu àquilo bestializado (queria dizer bestificado)." Mas disse mais, o que é pouco conhecido: "Por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula..."

O trono estava com seus dias contados, repetimos. Registra a História que o eminente baiano João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, Ministro do Império, teria dito à Princesa Isabel após a assinatura da Lei Áurea: "Vossa Alteza redimiu uma raça, mas perdeu o trono." Não foi uma frase profética, como alguns querem fazer crer. Cotegipe, como todos os demais, inclusive D. Pedro, sabia que a monarquia não viveria além do Imperador.

Estava certo Aristides Lobo ao afirmar que a participação dos civis fora nula. Havia centenas de clubes republicanos espalhados pelo Brasil, sobretudo no Rio, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, quase nenhum no Norte-Nordeste, mas toda a atoarda que faziam jamais levaria à República sem as armas. São Paulo já possuía uma economia bastante forte, quase tão importante como a da então província fluminense, mas tinha pouca voz nos altos concelhos da monarquia, dominados pelos mineiros, baianos, republicanos e gaúchos. Além disso, o republicanismo paulista, da mesma forma que o fluminense, estava bastante dividido. Muitos fazendeiros eram sinceramente republicanos, mas não entendiam por que deviam também ser forçosamente abolicionistas. Certo pensava Francisco Glicério, para quem a questão abolicionista era social e a da República, política. Devia-se deixar que a monarquia arcasse com o ônus dos escravos... Dessa forma não pensavam republicanos-abolicionistas como Prudente de Moraes, Campos Sales, Bernardino de Campos e tantos outros, mas não se atreviam a impor aos republicanos não abolicionistas a emancipação dos seus escravos, com receio de afastá-los das suas fileiras. Nos derradeiros anos do Império, Prudente e Campos Sales, eleitos representantes republicanos ao Congresso, mostraram-se extremamente cautelosos com respeito aos escravos. À própria Convenção de Itu, de 1873, não compareceu Luís Gama, que com isso concordara, contrafeito: a sua simples presença afiguraria os *landlords* paulistas, donos de avultada escravaria. Depois, a libertação dos negros sem indenização lançou os latifundiários nos braços dos republicanos. Mas ainda nem isso faria a República.

